CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Gabriel Galípolo, presidente do BC

Estagflação bate à porta do país e PT culpa o BC de Gabriel Galípolo

Estagflação é um termo usado pelos especialistas para os momentos de junção da estagnação da economia com a inflação. É uma situação atípica, porque o baixo nível de atividade econômica costuma vir acompanhado de uma queda na inflação devido a diminuição da capacidade de compra da população. O fantasma da estagflação assombrou a capital do país nesta segunda-feira (16) com a divulgação do índice de atividade econômica do BC (IBC-Br), que teve redução de 0,9% de julho a setembro em relação ao trimestre anterior (abril a junho). O IBC-Br é considerado uma prévia do PIB que deve ser usado na decisão sobre os juros básicos da economia. Seu resultado mostrou para o governo e o PT que, como presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo provocou um impacto prolongado das altas taxas de juros sobre a economia, com risco agora de levar o país à estagflação.

Bruno Moretti cai na armadilha segundo o PT

O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) se tornou a voz que mais expressa o sentimento de contrariação da bancada de esquerda no Congresso com à suposta adesão da equipe econômica à proposta do mercado para ajuste da economia do país. Lindbergh aponta para o ministro do Planejamento, Bruno Moretti como tendo caído na armadilha: "Talvez, ele tenha revisto suas ideias anteriores [...] Isso não vai fazer o mercado mais simpático às suas posições. Muito pelo contrário."

WASHINGTON COSTA/MF



Ministro do Planejamento, Bruno Moretti

Mercado projeta inflação e estagnação

Por conta desse mau humor, o dólar fechou em alta de 2,15% nesta segunda-feira, cotado a R$ 5,7767. Na máxima do dia, chegou a R$ 5,7949, maior valor desde 17 de abril de 2025, quando encerrou a R$ 5,8042. Dólar em alta traz junto expectativa de alta da inflação. E o Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, caiu 1,83%, aos 169.295 pontos. Diante dessa perspectiva de inflação com desaceleraçãoda economia o Morgan Stanley passou a projetar um desaquecimento ainda maior em 2027, com Ibovespa a 160 mil pontos.

Expectativa é o Lula como árbitro

A turma do "deixa disso" dentro do PT diz que boa parte desse desentendimento entre a bancada do partido e a equipe econômica se dá por causa da viagem do presidente.
Nesta semana, de volta ao Brasil, Lula atuará como árbitro da encrenca. Segundo caciques do PT, como já fez nas vezes anteriores, Lula dará ordem unida à sua equipe econômica e esfriará os ânimos dos petistas amotinados.

Estagflação nos anos 1980

Foi na década de 1980 nosso momento mais forte de estagflação. Ocorreu por conta da grave crise da dívida externa, choques internacionais de juros e do petróleo, forte instabilidade fiscal e o esgotamento do modelo de substituição de importações. A inflação astronômica antes do Plano Real gerou uma longa fase de empobrecimento do país.

No governo Dilma

O período do governo Dilma Rousseff também apresentou forte contração do PIB com média negativa (-2,1% ao ano), disparada do desemprego e inflação pressionada na casa de dois dígitos, ou acima do teto da meta. Viveu-se no país um ambiente recessivo e inflacionário que os petistas atribuem a um golpe parlamentar.

No pós-Pandemia

Com os impactos da pandemia de COVID-19, em 2019 e 2020, gargalos nas cadeias globais de suprimentos e alta no custo de energia, o Brasil voltou a flertar com a estagflação. Houve trimestres de retração e de baixo crescimento do PIB conjugados a uma rápida aceleração das taxas de inflação com o mercado de trabalho fragilizado.

Alckmin esquerdista

Até o moderado vice-presidente Geraldo Alkcmin criticou o mercado. "Não há razão para o mercado ter essas oscilações", afirmou. Alckmin falou depois de se reunir no Palácio do Planalto com entidades que lançaram um manifesto contra os supersalários, na qualidade de presidente em exercício, enquanto Lula esteve no exterior

Mercadante, a desculpa

Investidores em geral avaliam que as medidas de ajuste são suficientes para conter o crescimento dos gastos e estabilizar a dívida pública. Pelo menos por enquanto. Mas o mercado ainda busca motivos para instabilidade. A onda nesta segunda-feira foi em torno do nome de Aloizio Mercadante, que estaria cotado para a Fazenda.

Lobbies no Congresso

Na entrevista em que provocou Lindbergh Farias, Bruno Moretti também deu a entender que há forças no Congresso com quem o governo baterá de frente: "Lobbies muito poderosos estão pleiteando que não assumam parte desse ajuste, que vai ser bom para o país inteiro, vai reduzir taxa de juros, reduzir endividamento."

MARCHA EM BRASÍLIA PELO FIM DA ESCALA 6X1



Reprodução vídeo

Escala 6x1 acirra impasse entre o Congresso e o Supremo

Legislativo contesta flexibilizações de Dino e governo prepara regulamentação

Por **Beatriz Matos**

A disputa entre Poderes ampliou a incerteza sobre regras da nova escala de trabalho 5x2. Câmara e Senado contestam flexibilizações autorizadas por Flávio Dino, e empresários pedem mais tempo para adaptação. Luiz Fux pediu destaque adiando o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), que recomeçará presencialmente.

O impasse não altera o calendário aprovado pelo Congresso. A liminar de Dino permanece válida e a partir de 16 de dezembro a jornada máxima semanal cairá de 44 para 42 horas, com dois dias de descanso remunerado e sem redução salarial. Em dezembro de 2027, cairá para 40 horas. A divergência envolve a distribuição das folgas durante a adaptação.

As Advocacias da Câmara e do Senado pediram ao STF que não confirme parte das medidas de Dino. O trecho mais sensível é a distribuição dos descansos. Dino permitiu que empresas e sindicatos negociem escalas diferentes com a compensação de folgas.

Câmara e Senado argumentam que o texto original exige ao menos um dia de repouso a cada semana e que os demais descansos sejam compensados dentro do mês. Para as Casas, essas garantias protegem o trabalhador mesmo quando há acordo coletivo.

Outro ponto contestado é a possibilidade de distribuir as 42 horas semanais em cinco jornadas de oito horas e 24 minutos, sem considerar extras os 24 minutos adicionais. A medida busca atender empresas sem novos acordos, mas a Câmara questiona a ausência de negociação coletiva.

O Congresso também resiste à redução para 180 dias no prazo de adaptação de contratos do setor público e ao pedido de Dino para que os parlamentares regulamentem, nesse mesmo período, jornadas específicas de determinados setores. A Câmara sustenta que a emenda não impôs prazo para nova lei.

Dino rejeitou o adiamento pretendido pelas confederações, mas abriu espaço para acordos coletivos e fixou 90 dias para renegociar contrapartidas. Já a Casa Civil e o Ministério do Trabalho preparam um decreto para esclarecer como a redução será aplicada, inclusive em atividades que dependem de turnos e escalas diferenciadas.

O pedido de Fux zerou os votos registrados virtualmente e transferiu a decisão para uma sessão presencial.